

Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAB Brasil

EIXO 1 Gestão Sustentável para Neutralidade da Degradação da Terra

Objetivo 1.1 - Fortalecer ações de fiscalização com foco em atingir o desmatamento zero.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Apoiar e acompanhar a regularização ambiental nos imóveis rurais em territórios de PCTs e da agricultura familiar	MMA	MDA, MAPA, MGI, SFB, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), Instituições Estaduais de Inscrição para CAR PCT, INCRA	100% dos imóveis rurais com dados da propriedade declarados no CAR; No mínimo, 50% dos imóveis rurais com CAR validado	100% dos imóveis rurais com dados da propriedade declarados no CAR; 100% dos imóveis rurais com CAR validado	100% dos imóveis rurais com dados da propriedade declarados no CAR; 100% dos imóveis rurais com CAR validado	Percentual de imóveis rurais do Semiárido com Cadastro Ambiental Rural (CAR) declarados e validados	Total de imóveis PCTs cadastrados: 2178 imóveis, Total de imóveis ASTs cadastrados: 22.567 imóveis, Total de imóveis PCTs validados: 161 imóveis, Total de imóveis ASTs validados: 3276 imóveis.
2	Construir com órgãos ambientais dos estados, IBAMA, ICMBIO e FUNAI a ampliação do número de servidores na fiscalização contra o desmatamento ilegal.	MMA, MPI	IBAMA, ICMBIO, FUNAI	Expansão de, no mínimo, 10% do quadro de servidores permanentes, por meio de concurso público, com base no quantitativo de 2024	Expansão de, no mínimo, 30% do quadro de servidores permanentes, por meio de concurso público, com base no quantitativo de 2027	Expansão de, no mínimo, 30% do quadro de servidores permanentes, por meio de concurso público, com base no quantitativo de 2035	Percentual de servidores públicos ambientais atuando prioritariamente nos locais com alto índice de desmatamento com foco em atingir o desmatamento zero	
3	Acompanhar e apoiar a implementação das ações dos Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas - PPCDs dos biomas (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal) de modo a contribuir com a Neutralidade da Degradação da Terra.	MMA	Comissão interministerial PPCD	5ª fase do PPCD Amazônia implementada, 4ª Fase do PPCD Cerrado implementada, 1ª Fase dos PPCDs Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal implementadas	Fases dos PPCDs revistas e implementadas	Fases dos PPCDs revistas e implementadas	Percentual das ações implementadas dos PPCDs; Desmatamento/Supressão da vegetação nativa detectados pelo PRODES/INPE nos Biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	Relatórios de monitoramento das ações dos PPCDs para Amazônia e Cerrado em 2025 e para os demais biomas Relatórios de monitoramento das ações dos PPCDs em 2026 ; Desmatamento/Supressão detectado pelo PRODES/INPE na Amazônia e Cerrado do ano de 2025 e Desmatamento/Supressão detectado pelo PRODES/INPE nos demais biomas em 2026
4	Definir e acompanhar as Metas Brasileiras para o Marco Estratégico 2018/2030 da UNCCD para Neutralidade da Degradação da Terra (LDN)	MMA	MDA, MAPA, MCTI, MME, MRE, IBAMA, ICMBIO, IBGE, INSA, INPE, CEMADEN, Embrapa Solos	Metas Voluntárias LDN definidas e Comitê de Monitoramento Implementado	100% das Metas Voluntárias LDN implementadas	-	Percentual das Metas Voluntárias LDNs implementadas	
Objetivo 1.2 - Fortalecer as ações de prevenção, monitoramento e combate a incêndios florestais.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Acompanhar e Apoiar a Criação e Implementação da Legislação Municipal de Prevenção e Combate a Incêndios	IBAMA, MMA	ICMBIO	No mínimo, 30% dos municípios com legislação aprovada	No mínimo, 50% dos municípios com legislação aprovada	100% dos municípios com legislação aprovada	Percentual de municípios com alta frequência de alertas de incêndios com legislação específica para a criação e manutenção de brigadas voluntárias	
2	Lançar Cursos EaD autoinstrucional e presenciais no âmbito nacional sobre temas elencados na Lei nº 14.944/2024 que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e seus instrumentos	MMA	IBAMA, ICMBIO	6 cursos presenciais e/ou virtuais implementados no escopo da PNMIF	-	-	Nº de pessoas aprovadas e com certificado de conclusão	

3	Lançar e implementar a Estratégia Federal do Voluntariado em Manejo Integrado do Fogo	MMA	IBAMA, ICMBIO	Fortalecimento/ou Criação de 10% de brigadas voluntárias ou comunitárias nos municípios do Bioma Caatinga	Fortalecimento/ou Criação de 25% de brigadas voluntárias ou comunitárias nos municípios do Bioma Caatinga	Fortalecimento/ou Criação de 50% de brigadas voluntárias ou comunitárias nos municípios do Bioma Caatinga	Percentual de municípios com alta frequência de alertas de incêndios com brigadas voluntárias criadas	
---	---	-----	---------------	---	---	---	---	--

Objetivo 1.3 - Ampliar as unidades de conservação, priorizando os biomas com menor percentual de áreas protegidas.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Incentivar e apoiar a criação e consolidação de Unidades de Conservação nos diversos biomas	MMA	ICMBIO	No mínimo, 30% da Amazônia com áreas protegidas	No mínimo, 35% da Amazônia com áreas protegidas	No mínimo, 40% da Amazônia com áreas protegidas	Percentual de áreas protegidas no bioma	
2		MMA	ICMBIO	No mínimo, 11% da Caatinga com áreas protegidas	No mínimo, 15% da Caatinga com áreas protegidas	No mínimo, 20% da Caatinga com áreas protegidas	Percentual de áreas protegidas no bioma	
3		MMA	ICMBIO	No mínimo, 10% do Cerrado com áreas protegidas	No mínimo, 15% do Cerrado com áreas protegidas	No mínimo, 20% do Cerrado com áreas protegidas	Percentual de áreas protegidas no bioma	
4		MMA	ICMBIO	No mínimo, 12% da Mata Atlântica com áreas protegidas	No mínimo, 15% da Mata Atlântica com áreas protegidas	No mínimo, 20% da Mata Atlântica com áreas protegidas	Percentual de áreas protegidas no bioma	
5		MMA	ICMBIO	No mínimo, 4% do Pampa com áreas protegidas	No mínimo, 8% do Pampa com áreas protegidas	No mínimo, 15% do Pampa com áreas protegidas	Percentual de áreas protegidas no bioma	
6		MMA	ICMBIO	No mínimo, 6% do Pantanal com áreas protegidas	No mínimo, 10% do Pantanal com áreas protegidas	No mínimo, 15% do Pantanal com áreas protegidas	Percentual de áreas protegidas no bioma	
Objetivo 1.4 - Consolidar a gestão de territórios saudáveis e sustentáveis.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Articular e construir abordagem sobre o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca nas ações da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e na Política de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e Matriz Africana.	MMA	MPI, FUNAI, MIR, MDA, FIOCRUZ, IFAM, BNDES	(10 Planos) Planos de gestão sustentável implementados em, no mínimo, 10% dos territórios identificados	(20 Planos) Planos de gestão sustentável implementados em, no mínimo, 50% dos territórios identificados	(30 Planos) Planos de gestão sustentável implementados em, no mínimo, 100% dos territórios identificados	Percentual de territórios de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs) com planos de gestão sustentável elaborados e implementados contemplando a temática de combate à desertificação, degradação da terra e mitigação dos efeitos da seca, com participação ativa das comunidades locais, incluindo agricultores familiares, mulheres, juventude e pessoas idosas	
2	Articular e construir abordagem sobre o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca nas ações da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Qilombola (PGTAQ)	MMA	MIR, Fundação Palmares, MDA	Planos de gestão sustentável implementados em, no mínimo, 10% dos territórios identificados	Planos de gestão sustentável implementados em, no mínimo, 50% dos territórios identificados	Planos de gestão sustentável implementados em, no mínimo, 100% dos territórios identificados		
3	Fortalecer e Ampliar o Percentual de Beneficiários do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	MMA	MGI, MDA, MPI, FUNAI, ICMBIO	=	100% dos PIPCTAFs potencialmente provedores de serviços ambientais registrados no Programa Federal de PSA No mínimo, 80% dos PIPCTAFs, cadastrados e aptos, recebendo o PSA	100% dos potenciais provedores de serviços ambiental (PIPCTAFs) registrados no Programa Federal de PSA 100% dos PIPCTAFs cadastrados e aptos recebendo o PSA	Percentual de beneficiários do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	
4	Construir Estratégia para o Monitoramento Integrado da Contaminação por Agrotóxicos em Matrizes Ambientais, Alimentos e Populações Expostas	MMA	MAPA, ANVISA, IBAMA, MS/SVSA (Vigiagua e Vigipeq), FIOCRUZ	Monitoramento da contaminação por agrotóxicos e seus produtos de difícil degradação	Monitoramento da contaminação por agrotóxicos e seus produtos de difícil degradação	Monitoramento da contaminação por agrotóxicos e seus produtos de difícil degradação	Quantidade de ações integradas de Monitoramento da contaminação por agrotóxicos	

5	Criar Mecanismos para a Eliminação Progressiva do Uso de Agrotóxicos Altamente Perigosos ao Meio Ambiente e Extremamente Tóxicos para a Saúde	MMA	MAPA, ANVISA, IBAMA, MS, MDA	Redução do uso de agrotóxicos, em conformidade com o PRONARA e acordos globais sobre a matéria.	Alinhamento contínuo com o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) e acordos globais sobre a matéria.	Alinhamento contínuo com o o PRONARA e acordos globais sobre a matéria.	Redução do uso de agrotóxicos altamente perigosos ao meio ambiente e extremamente tóxicos para a saúde	
6	Estimular a elaboração e implementação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável da Caatinga, em consonância com o Programa Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar	MMA	SFB, IBAMA, INCRA, FUNAI, MDA	10.000 mil hectares da Caatinga com PMFS elaborados	30.000 mil hectares da Caatinga sob PMFS	45.000 mil hectares da Caatinga sob PMFS	Hectares sob manejo florestal sustentável comunitário e familiar	
7	Apoiar a elaboração do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) dos Estados do Semiárido	MMA	SUDENE, BNB	Identificação e viabilização de fontes de recursos para a elaboração do ZEE	ZEE dos estados do semiárido elaborados e disseminados	ZEE dos estados do semiárido elaborados e disseminados	Número de estados do semiárido com ZEE elaborado e disseminado	03 Estados: Ceará; Minas Gerais e Piauí
8	Implementar a Gestão da Paisagem Rural no Semiárido por meio do Programa Gestar	MMA	MDA, MAPA, MIDR, ANA, SFB, EMBRAPA	02 territórios com o Programa Gestar Implementado	10 territórios com o Programa Gestar Implementado	100% dos territórios do Semiárido com o Programa Gestar Implementado	Número de territórios do Semiárido com o Programa Gestar Implementados	
9	Instituir o Comitê Gestor da PNGTAQ	MIR	MMA, MDA	Comitê Gestor da PNGTAQ instituído	-	-	Portaria publicada	
Objetivo 1.5 - Recuperar áreas degradadas e seus serviços ecossistêmicos, priorizando áreas em níveis de degradação 4 e 5.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Implementar projetos de recuperação socioambiental dos Núcleos de Desertificação identificados e outras áreas degradadas pela mineração, salinização, alcalinização, sobrepastoreio, agricultura intensiva, dentre outros.	MMA	MCTI, MDA, MAPA, MME, CODEVASF, DNOCS, SUDENE, SUDAM, MCTI, CEMADEN, INSA	Elaboração do Projeto e captação de recursos	Implementação de Projetos	Implementação de Projetos	Áreas suscetíveis a desertificação, particularmente nos Núcleos de Desertificação em processo de recuperação ambiental	
2	Implementar projetos de recuperação socioambiental nos municípios identificados com clima árido, a partir de estudo técnico-científico nesses municípios.	MMA	MCTI, MDA, MAPA, INSA, CEMADEN	Elaboração de Estudos e Projetos e captação de recursos	Implementação de Projetos	Implementação de Projetos	Municípios de clima árido com ações de recuperação socioambiental	

3	Construir e Implementar Pacto da Restauração de terras degradadas no Semiárido com o setor privado da mineração, agropecuário e de energias.	MMA	MME, MAPA	Construção de Pacto pela Restauração com setor produtivo	Implementação de Projetos no âmbito do Pacto	Implementação de Projetos no âmbito do Pacto	Neutralidade da degradação da terra pelas ações de mineração, agropecuária e energias.	
4	Articular as instituições de pesquisa e ciência para elaboração e monitoramento do indicador ODS 15.3.1 - Degradação da Terra	MMA	INSA; MCTI; INPE; IBGE; EMBRAPA; Universidades	Elaboração do indicador ODS 15.3.1 - Degradação da terra	Mapeamento pedológico e geomorfológico em escala de 1:100.000 ou superior	Identificação de áreas em processo de degradação e suscetíveis a erosão	Identificação de áreas em processo de degradação e suscetíveis a erosão	
5	Criar e Implementar instrumento para registro e disponibilidade de experiências de base agroecológica, sustentáveis e conservacionista para combate à desertificação.	MMA	MCTI, MDA, MAPA, FUNAI	Criação de repositório de experiências de base agroecológica, sustentáveis e conservacionista acessível e compreensível para a população	Inventário e registro de práticas agroecológicas, sustentáveis e conservacionista de recuperação de áreas degradadas disponibilizadas	Inventário e registro de práticas agroecológicas, sustentáveis e conservacionista de recuperação de áreas degradadas disponibilizadas	Inventário e registro de práticas agroecológicas, sustentáveis e conservacionista de recuperação de áreas degradadas disponibilizadas	
6	Articular possíveis parceiros para financiar a instalação e fortalecimento dos bancos e casas comunitários de sementes de espécies florestais nativas	MMA	SFB, MDA, MAPA, EMBRAPA, Universidades	Criação de 500 bancos e casas comunitários de sementes de espécies florestais nativas	Criação de 1.500 bancos e casas comunitários de sementes de espécies florestais nativas	Criação de 3.000 bancos e casas comunitários de sementes de espécies florestais nativas.	Número de bancos comunitários de sementes de espécies florestais nativas	
7	Estimular a produção e o plantio de mudas de espécies florestais nativas para fortalecer a cadeia da restauração.	MMA	SFB, MDA, MAPA, FUNAI	Produção e plantio de 5 milhões de mudas nativas	Produção e plantio de 20 milhões de mudas nativas	Produção e plantio de 35 milhões de mudas nativas	Número de mudas de espécies florestais nativas produzidas e plantadas	
8	Criar e Implementar o Programa Recaatingar de Combate à Desertificação na Caatinga, bem como o instrumento financeiro necessário à sua execução.	MMA	ICMBIO, IBAMA, SFB, MPI, FUNAI	Elaboração do Programa Recaatingar	2 milhões de hectares de áreas degradadas da Caatinga em recuperação	10 milhões de hectares de áreas degradadas da Caatinga em recuperação	Hectares de áreas degradadas da Caatinga em processo de recuperação	
9	Construir e implementar estratégia de Recuperação de áreas degradadas e de Conservação na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Parnaíba, em consonância com o Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas	MMA, MIDR	ANA, MDA, MAPA, MME	60 mil hectares em processo de recuperação	240 mil hectares em processo de recuperação	310 mil hectares em processo de recuperação	Hectares de áreas degradadas da BHRSF em processo de recuperação	
10	Promover a Recuperação de Áreas Degradadas em Unidades de Conservação (UCs) Federais, Reservas Legais (RL), Áreas de Preservação Permanente (APP) e Territórios Indígenas.	MMA	ICMBIO, FUNAI, SFB, MPI, MDA	Levantamento dos dados e construção de estratégia elaborado.	Recuperação de, no mínimo, 20% das referidas áreas degradadas	Recuperação de, no mínimo, 50% das referidas áreas degradadas	Percentual das áreas degradadas que estão inseridas em Unidades de Conservação, Reserva Legal (RL), Preservação Permanente (APP) e de uso alternativo do solo presentes nos Territórios Indígenas recuperadas.	

11	Promover a conectividade da paisagem por meio da recuperação da vegetação nativa, de soluções baseadas na natureza, de áreas verdes e da arborização urbana, de forma integrada ao Programa Cidades Verdes Resilientes (PCVR) e ao Plano Nacional de Arborização Urbana (PlaNAU) no Semiárido	MMA	Comitê Gestor PCVR	Implementação de projetos	Implementação de projetos	Implementação de projetos	Percentual de cobertura arbórea urbana.	
12	Promover a recuperação de áreas degradadas/desmatadas, que integram as reservas legais dos projetos de irrigação, por meio de plantio de espécies nativas e o incentivo à pequenos projetos produtivos complementares e sinérgicos	DNOCS	SEBRAE, ICMBIO, SFB	Replanteio de espécies nativas para recuperação de 200 hectares de reserva legal dos projetos de irrigação e implantação de 01 projeto de apicultura	500 hectares de áreas de reserva legal recuperada e 1 projeto implantado	1500 hectares áreas de reserva legal recuperada e 1 projeto implantado	Número de hectares recuperados e projetos de apicultura implantados	

Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAB Brasil

EIXO 2 Adaptação às Mudanças Climáticas e Mitigação dos Efeitos da Seca

Objetivo 2.1 - Ampliar o acesso e melhorar os serviços de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais, visando a universalização.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Mapear, sistematizar e tornar acessível, por meio de plataforma digital amigável e inclusiva, as tecnologias sociais voltadas ao acesso à água e ao esgotamento sanitário, priorizando o registro de iniciativas em áreas de elevada vulnerabilidade climática e risco de desertificação, valorizando as alternativas adaptativas já desenvolvidas pelas populações locais.	MMA, MDS	MCTI, INSA, Embrapa Semiárido, MS	Repositório de tecnologias sociais de acesso a água e de esgotamento sanitário implantado	Repositório de tecnologias sociais de acesso a água e de esgotamento sanitário implantado e atualizado	Repositório de tecnologias sociais de acesso a água e de esgotamento sanitário implantado e atualizado	Inventário de tecnologias sociais de acesso a água e de esgotamento sanitário disponibilizado	
2	Ampliar o acesso seguro à água para usos múltiplos e fortalecer a resiliência climática de comunidades em situação de vulnerabilidade por meio da implantação e manutenção de infraestruturas hídricas e tecnologias sociais de aproveitamento de água de chuva e reúso de efluentes, promovendo o uso sustentável e a economia circular da água.	MIDR, MDS, MCID, MS	ANA, MPI	No máximo, 846 municípios com índice de segurança hídrica baixo ou mínimo em consonância com o Plano Plurianual (PPA) 2024- 2027	Atendimento das metas estipuladas nos PPAs durante o período vigente	Atendimento das metas estipuladas nos PPAs durante o período vigente	Número de municípios com Índice de Segurança Hídrica (ISH) baixo ou crítico, através da implantação, manutenção e operação de infraestruturas hídricas e cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para garantir os usos múltiplos da água	O Índice de Segurança Hídrica (ISH), definido no próprio Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH). Quanto à linha de base para monitoramento, recomenda-se a adoção do PNSH 2019 como referência inicial
3	Realizar análise complementar, identificando oportunidades de melhor coordenação e articulação entre as diversas políticas de acesso à água, bem como potenciais contribuições de infraestruturas já implementadas.	MIDR	-	-	-	-		
4	Acompanhamento das metas progressivas de universalização de abastecimento de água potável pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.	ANA	-	90% dos domicílios	99% dos domicílios	99% dos domicílios	Percentual de domicílios residenciais ocupados atendidos com rede pública de abastecimento de água potável ou com solução alternativa aprovada pela entidade reguladora infranacional (ERI) - Percentual (%)	86% de domicílios residenciais ocupados atendidos com rede pública de abastecimento de água potável ou com solução alternativa aprovada pela entidade reguladora infranacional (ERI) - Percentual (%)
5	Implementar o Abastecimento de Água com Qualidade Sanitária para Domicílios Urbanos e Rurais em Áreas com Escassez Hídrica e Vulnerabilidade Climática.	MCID	MDS, MS	No mínimo, 98% dos domicílios urbanos	No mínimo, 99% dos domicílios urbanos	100% dos domicílios urbanos	Percentual de domicílios urbanos abastecidos com água por rede de distribuição, poço, nascente ou através da captação de águas pluviais, com qualidade compatível aos usos aos quais se destinam	
		MDS; MIDR	MCID, MS	No mínimo, 80% dos domicílios rurais	No mínimo, 90% dos domicílios rurais	100% dos domicílios rurais	Percentual de domicílios rurais abastecidos com água por rede de distribuição, poço, nascente ou através da captação de águas pluviais, com qualidade compatível aos usos aos quais se destinam	

6	Garantir a segurança hídrica das escolas rurais das Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD) e das regiões afetadas pela seca por meio de tecnologias sociais como o programa cisternas, filtros e sistemas integrados de captação e reúso.	MDS	MEC, MMA, MCTI, CEMADEN	No mínimo, 25% das escolas rurais inseridas nas áreas afetadas pelas secas contempladas com cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água	No mínimo, 50% das escolas rurais inseridas nas áreas afetadas pelas secas contempladas com cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água	100% das escolas rurais inseridas nas áreas afetadas pelas secas contempladas com cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água	Percentual de escolas rurais inseridas nas áreas afetadas pelas secas contempladas com cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água	
7	Ampliar o Acesso ao Esgotamento Sanitário Seguro, Sustentável e Adaptado às Mudanças Climáticas para Domicílios Urbanos.	MCID, MIDR	ANA	No mínimo, 85% dos domicílios	No mínimo, 92% dos domicílios	No mínimo, 95% dos domicílios	Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora, fossa séptica ou tecnologias sociais de esgotamento sanitário	
8	Acompanhamento das metas progressivas de universalização de esgotamento sanitário pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.	ANA	-	70% dos domicílios	90% dos domicílios	90% dos domicílios	Percentual de domicílios residenciais ocupados atendidos com rede pública de esgotamento sanitário seguida de tratamento de esgoto ou com solução alternativa aprovada pela entidade reguladora infranacional (ERI) - Percentual (%)	50% dos domicílios
9	Ampliar o Acesso ao Esgotamento Sanitário Seguro, Sustentável e Adaptado às Mudanças Climáticas para Domicílios Rurais.	MDS, MIDR, MCID, MS	INSA, MMA	No mínimo, 50% dos domicílios	No mínimo, 70% dos domicílios	No mínimo, 85% dos domicílios	Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora, fossa séptica ou tecnologias sociais de esgotamento sanitário	
10	Expandir a Cobertura e a Eficiência do Tratamento de Esgoto Sanitário Coletado.	MIDR	MCID	No mínimo, 80% do esgoto coletado tratado	No mínimo, 92% do esgoto coletado tratado	100% do esgoto coletado tratado	Percentual tratado do esgoto sanitário coletado	
11	Propor ao Departamento de Gestão de Resíduos (DGR/SQA/MMA) incorporação de metas para os resíduos no meio rural.	MMA	MCID	Articulação com o DGR/SQA/MMA para construir os arranjos e mecanismos para definição da meta.	Elaboração de Metas para os resíduos sólidos do meio rural no Plano Nacional de Resíduos Sólidos	-	Metas para tratamento de resíduos sólidos no meio rural definidas e incorporadas ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos.	
12	Reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada.	MMA	MCID, FUNASA, SGPR, MDIC, BNDES	Recuperar 19,4% da massa total de RSU em âmbito nacional	Recuperar 37,5% da massa total de RSU em âmbito nacional	Recuperar 60,0% da massa total de RSU em âmbito nacional	Percentual da massa total recuperada (%)	8,3% em 2024 segundo dados da ABREMA
13	Implantação de adutoras regionais.	DNOCS	MIDR	Sistema Adutor do Pajeú – 2ª etapa	-	-	Adutora implantada	

14	Reduzir a dependência do carro pipa com a perfuração e instalação de poços profundos.	DNOCS	MIDR	400 Poços/ano	400 Poços/ano	400 Poços/ano	Somatório do número de poços perfurados e instalados.	
15	Fortalecer a vigilância da qualidade da água em áreas suscetíveis à desertificação por meio da capacitação contínua dos técnicos do Vigiagua nos municípios.	MS	-	Capacitação de pelo menos um técnico em 10%, no mínimo, dos municípios das áreas suscetíveis à desertificação.	Capacitação de pelo menos um técnico em 20%, no mínimo, dos municípios das áreas suscetíveis à desertificação.	Capacitação de pelo menos um técnico em 40%, no mínimo, dos municípios das áreas suscetíveis à desertificação.	Percentual de municípios das áreas suscetíveis à desertificação com pelo menos um técnico capacitado em cursos de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano.	
16	Sistemas de Dessalinização do Programa Água Doce	MIDR	-	Atendimento a 18.900 famílias com abastecimento de água por meio de sistemas de dessalinização (300 sistemas e média de 63 famílias por sistema)	Atendimento a 50.400 famílias com abastecimento de água por meio de sistemas de dessalinização (800 sistemas e média de 63 famílias por sistema)	Atendimento a 63 mil famílias com abastecimento de água por meio de sistemas de dessalinização (1000 sistemas e média de 63 famílias por sistema)	Número de Famílias atendidas com sistema de dessalinização comunitários do Programa Água Doce.	
Objetivo 2.2 - Assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos, promovendo a regularização do uso da água.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Estimular e apoiar a elaboração e atualização de Planos de Recursos Hídricos em bacias localizadas nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD), promovendo a integração das agendas de desertificação, degradação da terra e seca (DDS), considerando adaptação climáticas, na gestão participativa e no uso sustentável dos recursos hídricos.	ANA	MMA, MCTI, CEMADEN	No mínimo, 80% dos planos que estão em processo de atualização ou elaboração contendo a temática	100% dos planos que estão em processo de atualização ou elaboração contendo a temática	100% dos planos que estão em processo de atualização ou elaboração contendo a temática	Número de Planos de Recursos Hídricos elaborados contendo a temática de combate à desertificação, degradação da terra e mitigação dos efeitos das secas	
2	Garantir a regularização de usuários de Água.	ANA	-	35% de usuários da água regularizados (outorgados ou com dispensa de outorgas). Procedimentos e critérios de outorga em bacias prioritárias integrados formalmente	70% de usuários da água regularizados (outorgados ou com dispensa de outorgas)	100% de usuários da água regularizados (outorgados ou com dispensa de outorgas)	Número de outorgas de direito de uso emitidas ou de usuários regularizados	
3	Fortalecer os Instrumentos de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos.	SGB	ANM	Ampliação de 20% do número de fiscalizações realizadas em relação à média dos 3 últimos anos	Ampliação de 20% do número de fiscalizações realizadas em relação à média dos 3 últimos anos	Ampliação de 20% do número de fiscalizações realizadas em relação à média dos 3 últimos anos	Número de ações de fiscalização do uso de recursos hídricos subterrâneos e superficiais	
4	Monitoramento e fiscalização do uso de recursos hídricos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.	ANA	-	900 recursos hídricos monitorados	-	-	Número de usos de recursos hídricos monitorados em Bacias Hidrográficas prioritárias	719 recursos hídricos monitorados

5	Recuperação de barragens.	DNOCS	MIDR	20 Barragens recuperadas	30 Barragens recuperadas	-	Barragens recuperadas	
6	Promover o monitoramento hidrológico dos reservatórios sob sua responsabilidade.	DNOCS	MIDR	50% dos reservatórios	50% dos reservatórios	50% dos reservatórios	Reservatórios/Barragens monitoradas	
7	Inspecionar barragens consideradas de alto risco, de acordo com a Lei de Segurança de Barragens.	DNOCS	MIDR, Universidades	100% das barragens classificadas como alto risco inspecionadas	100% das barragens classificadas como alto risco inspecionadas	-	Barragens inspecionadas	
8	Elaboração de Planos de Adaptação e Enfrentamento às Mudanças Climáticas para o bioma Caatinga em Territórios Indígenas (Programa Wahipaité).	MPI	MMA, MS	4 Planos elaborados	-	-	Planos Elaborados	
Objetivo 2.3 - Desenvolver estudos de avaliação da disponibilidade hídrica subterrânea e superficial.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Fortalecer o Monitoramento quali quantitativo dos Recursos Hídricos Subterrâneos.	ANA, SGB	MIDR, MME, MMA	Elaboração de 01 relatório anual com dados quali quantitativos dos sistemas aquíferos monitorados na RIMAS (03 relatórios no período)	Elaboração de 01 relatório anual com dados quali quantitativos dos sistemas aquíferos monitorados na RIMAS (03 relatórios no período)	Elaboração de 01 relatório anual com dados quali quantitativos dos sistemas aquíferos monitorados na RIMAS (03 relatórios no período)	Número de relatórios anuais com dados de níveis e qualidade dos sistemas aquíferos monitorados na Rede Integrada de Monitoramento de Águas Subterrâneas (RIMAS).	
2	Promover o planejamento técnico e territorial da infraestrutura de regularização de vazões fluviais, com foco na reserva hídrica estratégica para a resiliência climática, assegurando o abastecimento humano, a sustentabilidade de ecossistemas aquáticos e a redução de conflitos pelo uso da água em bacias vulneráveis à desertificação e à escassez hídrica.	ANA, SGB	MIDR, MME	No mínimo, 3 estudos das condições hidrológicas e climatológicas considerando cenários de mudança do clima (1 por região hidrográfica federal) para fundamentar a implantação das soluções. Esses estudos devem considerar os impactos da mudança do clima na disponibilidade hídrica dessas regiões (curvas de regularização e condições operativas das estruturas)	09 estudos das condições hidrológicas e climatológicas considerando cenários de mudança do clima (1 por região hidrográfica federal) para fundamentar a implantação das soluções. Esses estudos devem considerar os impactos da mudança do clima na disponibilidade hídrica dessas regiões (curvas de regularização e condições operativas das estruturas). No mínimo, as soluções elencadas como prioritárias no ciclo de metas de curto prazo sejam implementadas	Estudos das condições hidrológicas e climatológicas considerando cenários de mudança do clima para as 12 regiões hidrográficas federais, para fundamentar a implantação das soluções. Esses estudos devem considerar os impactos da mudança do clima na disponibilidade hídrica dessas regiões (curvas de regularização e condições operativas das estruturas). No mínimo as soluções elencadas como prioritárias no ciclo de metas de médio prazo sejam implementadas	Soluções técnicas implantadas para regularização de vazões	

3	Avaliar o impacto da mudança climática na disponibilidade hídrica dos reservatórios estratégicos do semiárido.	ANA	-	Definição dos reservatórios estratégicos e 1 estudo metodológico sobre a avaliação de impacto da mudança climática nos recursos hídricos de reservatórios	Estudo de impacto da mudança climática nos reservatórios estratégicos do semiárido	Atualização do Estudo de impacto da mudança climática nos reservatórios estratégicos do semiárido		01 estudo inédito de avaliação de impacto da mudança climática na disponibilidade hídrica dos reservatórios estratégicos do semiárido
4	Avaliar os cenários hidrológicos futuros do Projeto de Integração do São Francisco (PISF) considerando cenários de mudança climática.	ANA	-	-	Estudo para avaliar cenários hidrológicos futuros do Projeto de Integração do São Francisco (PISF) considerando cenários de mudança climática	-		01 estudo de avaliação dos cenários hidrológicos futuros do Projeto de Integração do São Francisco (PISF) considerando cenários de mudança climática

Objetivo 2.4 - Monitorar continuamente o surgimento/ desaparecimento e evolução/ involução do fenômeno da seca em todo o território nacional								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Programa Monitor de Secas.	ANA	MIDR, INPE	Rede de observação de impactos estabelecida em todos os estados	Bancos de impactos regionalizados construídos. Planos de seca estaduais elaborados	Planos de seca estaduais elaborados	Ano 2027: 26 estados e o DF com Rede de Observação. Ano 2035: 03 Blocos Regionais (CO/N, NE e S/SE) com Banco de Impactos construído. Ano 2045: 26 estados e o DF com Planos de Seca elaborados	Rede de observação: 16 estados com Rede de Observação estabelecida. Banco de Impactos: Nenhum Banco de Impacto construído (apenas iniciado o do CO/N). Planos de Seca: Nenhum plano estadual de seca elaborado (apenas o do CE em elaboração).

Objetivo 2.5 - Formar extensionistas rurais, agricultores familiares, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais em Mudança do Clima e Agroecologia								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Realizar cursos de formação para extensionistas rurais, agricultores familiares, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais em Mudança do Clima e Agroecologia.	MMA	IFSP	100 extensionistas rurais, agricultores familiares, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais formados em Mudança do Clima e Agroecologia	500 extensionistas rurais, agricultores familiares, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais formados em Mudança do Clima e Agroecologia	1.000 extensionistas rurais, agricultores familiares, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais formados em Mudança do Clima e Agroecologia	Número de extensionistas rurais, agricultores familiares, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais formados em Mudança do Clima e Agroecologia	

Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAB Brasil

EIXO 3 Pesquisa, Inovação e Gestão da Informação

Objetivo 3.1 - Ampliar as oportunidades de formação de professores nas temáticas de combate à desertificação, degradação da terra e mitigação dos efeitos da seca.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Construir estratégia junto às Secretarias Estaduais de Educação dos estados do Semiárido, Conselhos Estaduais e Conselho Nacional de Educação a fim de que incorporem nos PPPs da Rede Estadual as temáticas de desertificação, Degradação da Terra e Secas.	MEC	MMA, MCTI, FUNAI, CEMADEN	5% das escolas estaduais do Semiárido com PPPs contextualizados com as temáticas	30% das escolas estaduais do Semiárido com PPPs contextualizados com as temáticas	50% das escolas estaduais do Semiárido com PPPs contextualizados com as temáticas	Número de Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das Redes Públicas dos Estados do Semiárido, contextualizados com as temáticas	
2	Construir junto às Secretarias Estaduais de Educação dos estados do Semiárido, Conselhos Estaduais e Conselho Nacional de Educação a incorporação das temáticas de desertificação, Degradação da Terra e Secas, nos Programas de Formação Continuada de Professores.	MEC	MMA, MCTI, FUNAI, CEMADEN	30% dos cursos de Formação Continuada para professores abordando as temáticas	60% dos cursos contendo disciplinas voltadas para a temática	100% dos cursos contendo disciplinas voltadas para a temática	Número de cursos de formação continuada para professores ofertados	
3	Construir junto às Universidades do Semiárido, CNPq e CAPES a oferta de Cursos e Bolsas de Especialização sobre as temáticas de combate à desertificação, degradação da terra e mitigação dos efeitos da seca.	MMA	MEC, MCTI, CNPq, CAPES, FIOCRUZ, FUNAI	Criação de, no mínimo, 3 cursos de especialização sobre as temáticas	Criação de, no mínimo, 5 cursos de especialização sobre as temáticas	Criação de, no mínimo, 5 cursos de especialização sobre as temáticas	Número de cursos de especialização ofertados	
4	Mapear e divulgar a oferta de Cursos de Pós Graduação em áreas Ambientais, Saúde, Agrárias, Florestais, Sociais e Economia nas Instituições Públicas Federais e Estaduais de ensino superior no Semiárido.	MEC	MMA, MCTI, CNPq, CAPES, MS, FIOCRUZ	Elaboração da Matriz dos cursos nas IF de Ensino Superior do Semiárido	-	-	Cursos de Pós Graduação em áreas Ambientais, Saúde, Agrárias, Florestais, Sociais e Economia nas Instituições Públicas Federais e Estaduais de ensino superior no Semiárido mapeados e divulgados	
5	Construir com as coordenações dos Cursos mapeados a criação de linhas de pesquisa voltadas ao combate à desertificação, degradação da terra e mitigação dos efeitos da seca.	MMA	MEC, CNPq, CAPES	Criação de 1 linha de Pesquisa sobre as temáticas	Criação de 3 linhas de Pesquisa sobre as temáticas	Criação de 3 linhas de Pesquisa sobre as temáticas	Número de cursos de pós-graduação com linhas de pesquisa sobre a temática	
6	Promover processo de formação de profissionais da educação sobre desertificação e justiça climática, pautando o tema no Plano Nacional e no apoio técnico para elaboração dos Planos Escolares de Resiliência e Enfrentamento a Emergência e Desastres Climáticos e Socioambientais.	MEC	Defesa Civil, ANA, MCTI, CEMADEN	1.200 profissionais da educação formados	-	-		

Objetivo 3.2 - Fomentar o ensino, pesquisa, extensão e divulgação científica sobre a desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Fomentar a realização de eventos científicos que promovam a divulgação de pesquisas e construam interações com os saberes populares sobre desertificação, degradação da terra e mitigação dos efeitos da seca.	MCTI	MMA, CNPq, CAPES, SBPC, Embrapa Semiárido, INSA, FUNDAJ, MS, FIOCRUZ	Apoio financeiro a, no mínimo, 2 eventos que contemplem essa temática	Apoio financeiro a, no mínimo, 4 eventos que contemplem essa temática	Apoio financeiro a, no mínimo, 6 eventos que contemplem essa temática	Número de congressos, simpósios ou eventos científicos realizados	
2	Articular com instituições públicas e privadas de fomento, educação, cultura, ciência, saúde e tecnologia, editais que estimulem a produção de material didático e audiovisual sobre a temática desertificação, degradação da terra e seca para distribuição em escala nas escolas e outros espaços educacionais.	MMA	MCTI, MEC, MINC, BNB, FNDE, FIOCRUZ, MDA	Elaboração de pelo menos 01 material didático gráfico ou audiovisual - livreto, jogo de tabuleiro, animação, entre outros	Elaboração de pelo menos 03 materiais didáticos gráficos ou audiovisual - livreto, jogo de tabuleiro, animação, entre outros	Elaboração de pelo menos 3 materiais didáticos gráficos ou audiovisual - livreto, jogo de tabuleiro, animação, entre outros	Número de materiais didáticos elaborados	
3	Fomentar uma rede de pesquisadores e pesquisadoras sobre o Desertificação, Degradação da Terra e Secas.	MMA	MCTI, CNPq, INSA, EMBRAPA, FIOCRUZ, FUNAI	Rede de Pesquisadoras e pesquisadores em operação	Rede de Pesquisadoras e pesquisadores em operação	Rede de Pesquisadoras e pesquisadores em operação	Rede de pesquisadores e pesquisadoras ativa	
4	Estimular a ampliação do número de pesquisadores sobre desertificação, degradação da terra e seca, em todos os Centros Nacionais de Pesquisa e Tecnologia, especialmente os localizados nas ASD e Entornos.	MEC, MCTI	CNPq, CAPES	-	-	-	Número de bolsas concedidas e o volume de recursos destinados aos Programas de Pós-Graduação (PPGs) com essa temática.	
5	Alocar e gerir recursos de agências de fomento à pesquisa e extensão e de fundos de desenvolvimento, a exemplo do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), para fomento à pesquisa aplicada, inovação e desenvolvimento tecnológico voltados ao combate à desertificação, degradação da terra e mitigação dos efeitos da seca no Semiárido.	SUDENE, MEC, MCTI	CNPq, CAPES, INSA, CEMADEN, Embrapa Semiárido, Universidades e Institutos de Pesquisa (IES), BNB	Utilização de, pelo menos, 1,5% dos recursos do FDNE destinados a projetos de P&D, relacionados ao PAB Brasil; Lançamento de 2 editais de fomento	Ampliação da destinação de fundos de desenvolvimento, para o aumento de 30% no número de projetos de P&D, inclusive, financiados via FDNE, na temática do PAB Brasil; No mínimo, 4 editais de pesquisa e extensão publicados por agências de fomento nacional e estaduais	Continuidade na ampliação da destinação de recursos, visando a consolidação de uma rede de centros de pesquisa e inovação no Semiárido, resultando em soluções tecnológicas disseminadas para o combate à desertificação	Número de editais de fomento à pesquisa e inovação voltados à temática de combate à desertificação e convivência com as secas publicados; Número de projetos voltados à temática de combate à desertificação e convivência com as secas formalizados e executados.	
Objetivo 3.3 - Fortalecer a educação popular sobre o combate à desertificação e degradação da terra e mitigação dos efeitos da seca.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Desenvolver Programa de Formação de Educadores Populares e Formação de Agentes Socioambientais Territoriais no Semiárido	MMA	MEC, FUNDAJ, MS, FIOCRUZ, MCTI, MDA	Elaboração e pactuação do Programa	2.000 Educadores Populares formados	5.000 Educadores Populares formados	Número de educadores populares com formação em educação ambiental contextualizada ao Semiárido	

2	Pautar o tema e as estratégias do PAB Brasil para os agentes formadores do Programa de Educação Ambiental Escolar e Justiça Climática, para que estas insiram a questão do combate à desertificação, mitigação do efeito da seca e suas percepções de risco, diagnósticos e ações de resiliência em seus Planos Escolares de Resiliência e Enfrentamento a Emergência e Desastres Climáticos e Socioambientais	MEC	MMA, ICMBIO	710 agentes formativos	1.000 agentes formativos	-		
3	Promover campanhas nacionais anuais e/ou permanentes de informação sobre as causas e consequências da Desertificação, Degradação da Terra e Seca.	MMA	EBC, MS, FIOCRUZ, MCTI, CEMADEN	3 Campanhas realizadas	8 campanhas realizadas	10 campanhas realizadas	Número de campanhas nacionais realizadas por ano	
4	Desenvolver plataforma de comunicação popular que disponibilize material gráfico e audiovisual, de caráter informativo sobre Desertificação, Degradação da Terra e Secas.	MMA	MEC, MCTI; MS, FIOCRUZ, MCTI, CEMADEN	Desenvolvimento da Plataforma	Divulgação, manutenção e atualização da plataforma	Divulgação, manutenção e atualização da plataforma	Plataforma de comunicação popular sendo utilizada	
5	Promover Processos de formação para agricultores familiares, indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, a partir de seus saberes sobre enfrentamento às mudanças climáticas no semiárido e os processos de desertificação.	MDA	ANATER, MMA, MCTI, MAPA, MS, FIOCRUZ, MIR, FUNAI	5% dos agricultores familiares, indígenas, quilombolas e demais PCTs capacitados	15% dos agricultores familiares, indígenas, quilombolas e demais PCTs capacitados	30% dos agricultores familiares, indígenas, quilombolas e demais PCTs capacitados	Número de famílias capacitadas no enfrentamento à desertificação, degradação da terra e convivência com as secas	
6	Elaborar Programa de formação sobre desertificação, degradação da terra e seca, no enfrentamento às mudanças climáticas no semiárido, para gestores públicos municipais - executivo e legislativo, e conselheiros municipais de meio ambiente.	MMA	FUNDAJ, ENAP, FIOCRUZ	500 agentes municipais (executivo e legislativo) capacitados	Atualização do Programa de Formação e 2.000 agentes municipais (executivo, legislativo e conselheiros) capacitados	Atualização do Programa de Formação e 5.000 agentes municipais (executivo, legislativo e conselheiros) capacitados	Programa de Formação funcionando na Plataforma Virtual da ENAP	
7	Incluir a temática da desertificação e mudanças climáticas, nos cursos de capacitação promovidos pela área de aquíicultura, para contemplar a recuperação de áreas degradadas para cultivo da piscicultura e carcinicultura.	DNOCS	MAPA, IFCE, UFC	250 pessoas/ano, entre alunos, empreendedores e técnicos capacitados	250 pessoas/ano, entre alunos, empreendedores e técnicos capacitados	250 pessoas/ano, entre alunos, empreendedores e técnicos capacitados	Número de pessoas capacitadas	
8	Instituir o Programa Kala-Tukula de Desenvolvimento de Lideranças para a Governança Global em 2025.	MIR	-	Formar 83 lideranças quilombolas, de povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, negras e ciganas	-	-	Número de lideranças contempladas	

9	Produzir dados (Mapeamento) de Terceiros em áreas rurais, áreas de conservação e preservação ambiental.	MIR	-	-	Produção de 01 Relatório Nacional	-		
Objetivo 3.4 - Reativar o Sistema de Alerta Precoce de Desertificação e Secas (SAP), congregando diferentes bases de dados e com interface amigável, iterativo e para diversos públicos.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Construir e implementar processo de manutenção do Sistema de Alerta Precoce de desertificação e Seca (SAP)	MMA	MCTI, INPE, CEMADEN, INSA	Sistema implementado e em operação	Sistema em operação	Sistema em operação	Sistema em funcionamento	
2	Emitir relatórios periódicos de alerta de seca e desertificação.	MMA	INPE, CEMADEN, INSA, MCTI	24 relatórios emitidos	96 relatórios emitidos	120 relatórios emitidos	Número de relatórios de alerta emitidos	
3	Divulgar o Sistema de Alerta Precoce de desertificação e Seca (SAP) para os órgãos do governo federal, governos subnacionais, e sociedade em geral, promovendo o acesso às informações produzidas e disponibilizadas.	MMA	INPE, CEMADEN, INSA, MCTI, MDA	10.000 acessos	100.000 acessos	1.000.000 acessos	Número de acessos	
4	Realizar webinários para divulgar o Sistema de Alerta Precoce de desertificação e Seca (SAP).	MMA	INPE, CEMADEN, INSA, MCTI	No mínimo, 3 webinários para popularização da plataforma, voltados às secretarias estaduais e municipais e para a sociedade civil	No mínimo, 10 webinários para popularização da plataforma, voltados às secretarias estaduais e municipais e para a sociedade civil	No mínimo, 10 webinários para popularização da plataforma, voltados às secretarias estaduais e municipais e para a sociedade civil	Número de webinários	
5	Contribuir com informações relativas à situação dos reservatórios federais, sob a responsabilidade do DNOCS, enquadrados na Lei de Segurança de barragens.	DNOCS	Estados	200 açudes/ano	200 açudes/ano	200 açudes/ano	Número de açudes/ano com informações disponibilizadas	
Objetivo 3.5 - Fortalecer e ampliar a rede de estações meteorológicas, pluviométricas, fluviométricas e de águas subterrâneas do país								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Ampliar o acesso, por interface amigável, aos dados das estações meteorológicas, pluviométricas, fluviométricas e de águas subterrâneas do país para toda sociedade.	MCTI, ANA, INMET, SGB	MMA, CEMADEN	60% das redes das estações mapeadas e integradas, permitindo amplo e fácil acesso aos dados	100% das redes das estações mapeadas e integradas, permitindo amplo e fácil acesso aos dados	-	Número de estações meteorológicas, pluviométricas, fluviométricas e de águas subterrâneas do país, mapeadas, integradas e acessadas em banco de dados nacional	

2	Modernização do Sistema de Gerenciamento e Disponibilização de Dados Hidrológicos (Sistema Hidro), integrante do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH.	ANA	-	20% das etapas de modernização do sistema concluída	100% das etapas de modernização do sistema concluída	-	Etapas de desenvolvimento do sistema concluídas	
3	Ampliar e qualificar as estações de meteorológicas, fluviométricas e de águas subterrâneas para melhorar os processos de monitoramento e obtenção de dados.	MCTI, ANA, INMET, SGB	MMA, MCTI, CEMADEN	-	No mínimo, 1 estação pluviométrica a cada 30 km ² ; 1 estação meteorológica a cada 200 km ² ; 1 estação fluviométrica a cada bacia ottocodificada de nível 4; 1 estação de água subterrânea em cada município que tenha aquífero	Estações com manutenção das instalações e em pleno funcionamento	Ampliação e qualificação das estações de meteorológicas, fluviométricas e de águas subterrâneas	
4	Aprimoramento da rede de monitoramento hidrometeorológico e da disponibilidade de dados hidrológicos e de qualidade de água à sociedade.	ANA	-	80% das Estações da Rede Hidrológicas operando regularmente	85% das Estações da Rede Hidrológicas operando regularmente	90% das Estações da Rede Hidrológicas operando regularmente	Percentual (%) de estações da rede hidrológica da ANA operando regularmente	80% das estações da rede hidrológica da ANA operando regularmente
5	Elaborar Plano Decenal de Operação da Rede Hidrometeorológica Nacional e sua integração com as redes estaduais, revisadas a cada 5 anos.	ANA	SGB, MME, INMET	1 Plano Decenal	-	-	Plano Decenal de Operação da Rede Hidrometeorológica Nacional	

Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAB Brasil

EIXO 4 Melhoria das Condições de Vida da População Afetada

Objetivo 4.1 - Garantir a demarcação, regularização e titulação fundiária e a desintrusão dos territórios quilombolas, povos indígenas, comunidades de fundo de pasto e demais Povos e Comunidades Tradicionais (PCT).								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Reconhecer e demarcar territórios dos povos indígenas.	FUNAI	MPI, MJSP	Garantir aos povos indígenas o direito às suas terras, devendo avançar nos processos demarcatórios já instruídos até 2024, em suas diversas fases e desde que atendam aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente, tendo como base: Avançar na delimitação de terras indígenas em pelo menos 10 processos; Realizar georreferenciamento de TIs em pelo menos 20 processos e Registrar ao menos 30 terras indígenas após sua homologação	Garantir aos povos indígenas o direito às suas terras, devendo avançar nos processos demarcatórios já instruídos até 2024, em suas diversas fases e desde que atendam aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente, tendo como base o avanço em pelo menos 70% dos processos	Garantir aos povos indígenas o direito às suas terras, devendo avançar nos processos demarcatórios já instruídos até 2024, em suas diversas fases e desde que atendam aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente, tendo como base o avanço em pelo menos 100% dos processos	Índice de Regularização Fundiária de Terras Indígenas	
2	Reconhecer e demarcar territórios quilombolas.	INCRA, MGI	MIR, MDA	Reconhecimento e demarcação de, no mínimo, 10% dos territórios quilombolas com processos legais abertos até 2024, desde que atendam aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente (Decreto nº 4887/2003)	Reconhecimento e demarcação de, no mínimo, 40% dos territórios quilombolas com processos legais abertos até 2024, desde que atendam aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente (Decreto nº 4887/2003)	Reconhecimento e demarcação de, no mínimo, 100% dos territórios quilombolas com processos legais abertos até 2024, desde que atendam aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente (Decreto nº 4887/2003)	Percentual de territórios quilombolas reconhecidos	
3	Articular com os entes da federação para o reconhecimento de territórios de comunidades de fundo e fecho de pasto.	MMA	-	Desapropriação de terras, regularização e titulação de pelo menos 50% dos territórios de comunidades de fundo de pasto com processos legais abertos até 2024	Desapropriação de terras, regularização e titulação de 100% das comunidades de fundo de pasto com processo legais abertos até 2024; Iniciar o processo de desapropriação de terras para novos territórios das comunidades de fundo de pasto conforme demandas identificadas	Desapropriação de terras, regularização e titulação de 100% dos territórios de comunidades de fundo de pasto com processos legais abertos até 2035	Percentual de comunidades de fundo de pasto reconhecidos, demarcados e titulizados	
4	Ampliar os recursos destinados para a regularização fundiária de Projetos de Assentamentos, Territórios Quilombolas e Terras Indígenas.	MDA, MPI	MMA, MIR	Aumento de 10% no valor orçamentário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), tendo como base o ano de 2024	Aumento de 30% no valor orçamentário do INCRA e FUNAI, tendo como base o ano de 2027	Aumento de 30% no valor orçamentário do INCRA e FUNAI, tendo como base o ano de 2035	Percentual dos recursos destinados para regularização fundiária	
5	Implementar o Sistema Interoperável de dados sobre a regularização fundiária quilombola.	MIR	MMA, INCRA	Sistema Implementado	-	-	Implementar o sistema	
Objetivo 4.2 - Garantir o acesso à terra pela reforma agrária respeitando a função social, ecológica e econômica da terra.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Mapear os municípios com maior demanda para reforma agrária nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca e titular a terra, preferencialmente em nome das mulheres.	INCRA	AGU	Mapeamento de 100% dos municípios com maior demanda para reforma agrária nas ASDs	-	-	Número de municípios com maior demanda por reforma agrária nas ASDs	
2			-	10% dos assentamentos titularizados nesses territórios	30% dos assentamentos titularizados nesses territórios	50% dos assentamentos titularizados presentes nesses territórios	Percentual de famílias assentadas com propriedades titularizadas nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca, priorizando a titulação em nome da esposa ou companheira	

3	Incluir famílias acampadas nas ASDs na Relação de Beneficiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	INCRA	-	20% de famílias acampadas incluídas na lista de beneficiários da reforma agrária nesses territórios	50% de famílias acampadas incluídas na lista de beneficiários da reforma agrária nesses territórios	100% de famílias acampadas incluídas na lista de beneficiários da reforma agrária nesses territórios	Percentual de famílias acampadas incluídas na Relação de Beneficiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca	
4	Ampliar a oferta de crédito no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) para jovens e mulheres inseridos nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.	MDA	-	Ampliação dos recursos destinados a esse público-alvo em, no mínimo, 20% dos recursos do PNCF	Ampliação dos recursos destinados a esse público-alvo em, no mínimo, 50% dos recursos do PNCF	Ampliação dos recursos destinados a esse público-alvo em, no mínimo, 50% dos recursos do PNCF	Percentual dos recursos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) ampliado, para o acesso ao crédito por jovens e mulheres inseridos nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca	
5	Garantir o acesso a água para promoção da segurança alimentar nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.	MDS	MIDR, MS	100.000 famílias atendidas	400.000 famílias atendidas	1.000.000 famílias atendidas	Número de famílias atendidas pelo Programa Fomento Rural nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca	Entre 2023 e 2025, o programa atendeu 49 mil famílias. O cadastro único indica um total de 4,5 milhões de famílias no perfil do Programa Fomento Rural
6	Ampliar o número de agricultores das ASDs com Certificado de Agricultura Familiar (CAF).	MDA	-	20% dos agricultores familiares certificados	50% dos agricultores familiares certificados	100% dos agricultores familiares certificados	Porcentagem de agricultores com Certificado de Agricultura Familiar	
7	Ampliar o número de mulheres como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.	INCRA	-	No mínimo, 50% dos beneficiários da reforma agrária sendo mulheres	No mínimo, 50% dos beneficiários da reforma agrária sendo mulheres	No mínimo, 50% dos beneficiários da reforma agrária sendo mulheres	Número de propriedades advindas da reforma agrária tendo as mulheres como beneficiárias	
8	Implementar infraestrutura básica adequada em assentamentos da reforma agrária nas ASDs, tais como: estrada, habitação, energia elétrica, saneamento básico, escolas, postos de saúde, lazer e conectividade.	INCRA	MS	Readequação de 20% dos assentamentos existentes com infraestrutura básica adequada	Readequação de 50% dos assentamentos existentes com infraestrutura básica adequada	Readequação de 100% dos assentamentos existentes com infraestrutura básica adequada	Percentual de assentamentos com infraestrutura básica adequada, como estrada, habitação, energia elétrica, saneamento básico, escolas, postos de saúde, lazer e conectividade	
9	Implementar infraestrutura básica adequada em territórios indígenas, especialmente nas ASDs, tais como: habitação, energia elétrica, saneamento básico, escolas, postos de saúde, lazer e conectividade.	FUNAI	MPI, MCID, MME, MS, MEC, MCOM, MESP, Municípios	Readequação de 20% dos TI das ASDs com infraestrutura básica adequada	Readequação de 50% dos TI das ASDs com infraestrutura básica adequada	Readequação de 100% dos TI das ASDs com infraestrutura básica adequada	Percentual de TI nas ASDs com infraestrutura básica adequada, como estrada, habitação, energia elétrica, saneamento básico, escolas, postos de saúde, lazer e conectividade	
10	Articular com os municípios para a adesão ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	MDA	-	Adesão de, no mínimo, 30% dos municípios, que possuem demanda de reforma agrária, ao PNCF	Adesão de, no mínimo, 50% dos municípios, que possuem demanda de reforma agrária, ao PNCF	Adesão de 100% dos municípios, que possuem demanda de reforma agrária, ao PNCF	Quantidade de municípios com adesão ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	
11	Ampliar o acesso a assistência técnica e extensão rural de gestão para cooperativas de assentados vulnerabilizados pelos processos de desertificação e degradação da terra e aos efeitos da seca.	MDA	-	Acesso a no mínimo, 5% do público-alvo	Acesso a no mínimo, 15% do público-alvo	Acesso a no mínimo, 30% do público-alvo	Percentual de famílias assentadas vulnerabilizadas pelos processos de desertificação e degradação da terra e aos efeitos da seca associadas ou cooperadas por associações e cooperativas beneficiadas	

Objetivo 4.3 - Garantir Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada, continuada, contextualizada, multidisciplinar e agroecológica, inclusiva, priorizando mulheres, jovens e idosos.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1		MDA	ANATER, MIR	No mínimo, 10% das famílias de agricultores familiares nesses territórios atendidas por ATER; No mínimo, 50% das mulheres, jovens e idosos agricultores atendidos por ATER	No mínimo, 30% das famílias de agricultores familiares nesses territórios atendidas por ATER; No mínimo, 50% das mulheres, jovens e idosos agricultores atendidos por ATER	No mínimo, 50% das famílias de agricultores familiares nesses territórios atendidas por ATER; No mínimo, 50% das mulheres, jovens e idosos agricultores atendidos por ATER	Percentual de agricultores familiares nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca, atendidos por ATER, priorizando mulheres, jovens e idosos	
2	Oferta de ATER de qualidade para agricultores familiares, indígenas agricultores, quilombolas e PCTs nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca, priorizando mulheres, jovens e idosos com a finalidade de valorizar os saberes e fazeres intergeracionais e garantir políticas públicas pautadas na equidade de gênero e geracional.	MDA	MPI, FUNAI	No mínimo, 30% de indígenas agricultores atendidos por ATER	No mínimo, 60% de indígenas agricultores atendidos por ATER	No mínimo, 80% de indígenas agricultores atendidos por ATER	Percentual de indígenas agricultores atendidos por ATER	
3		MDA	MMA	No mínimo, 30% dos Quilombolas e demais PCT agricultores atendidos por ATER	50% dos Quilombolas e demais PCT agricultores atendidos por ATER	80% dos Quilombolas e demais PCT agricultores atendidos por ATER	Quantidade de Quilombolas e demais PCT atendidos por ATER	
4		MDA	MMA	100 famílias dos territórios atendidas por cada técnico, no máximo	50 famílias dos territórios atendidas por cada técnico, no máximo	30 famílias dos territórios atendidas por cada técnico, no máximo	Número de famílias atendidas por cada técnico(a) de ATER nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos das secas, priorizando a qualidade do atendimento	
5	Oferta de cursos de formação para técnicos e gestores da extensão rural em temáticas de certificação orgânica e convivência com as especificidades climáticas e ambientais dos territórios.	MAPA, MDA	MMA, MEC	3 formações ofertadas por ano para a equipe técnica	4 formações ofertadas por ano para a equipe técnica	5 formações ofertadas por ano para a equipe técnica	Número de formações para técnicos e gestores da extensão rural em temáticas de certificação orgânica e convivência com as especificidades climáticas e ambientais dos territórios	
6	Ofertar ATER para criação e manutenção de arranjos produtivos agroecológicos nos assentamentos inseridos em territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.	MDA	ANATER	No mínimo, 30% dos assentamentos da reforma agrária com ATER para criação e manutenção de arranjos produtivos agroecológicos	100% dos assentamentos da reforma agrária com ATER para criação e manutenção de arranjos produtivos agroecológicos	100% dos assentamentos da reforma agrária com ATER para criação e manutenção de arranjos produtivos agroecológicos	Número de assentamentos em territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para criação e manutenção de arranjos produtivos agroecológicos	
7	Implementar Pólos do Proambiente para agricultores familiares, indígenas, quilombolas e PCTs nos territórios prioritários para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca.	MMA	MDA, MDS, INCRA, MPA, CONAB, EMBRAPA	1 Pólo do Proambiente Implementado	5 Pólos do Proambiente Implementados	10 Pólos do Proambiente Implementados	Número de Pólos do Proambiente nos territórios prioritários para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca Implementados	
Objetivo 4.4 - Garantir a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Ampliar o acesso ao Programa Bolsa Família das famílias residentes nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.	MDS	ANATER	Atendimento de 100% das famílias elegíveis no Programa Bolsa Família nesses territórios	Atendimento de 100% das famílias elegíveis no Programa Bolsa Família nesses territórios	Atendimento de 100% das famílias elegíveis no Programa Bolsa Família nesses territórios	Quantidade de famílias com acesso ao Programa Bolsa Família nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca	

2	Expandir o atendimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a famílias em insegurança alimentar nos territórios impactados pela desertificação e seca.	MDS	CONAB, MS, MPI, FUNAI	Registro de, no mínimo, 70% das famílias elegíveis ao PAA	30% das famílias cadastradas e elegíveis ao PAA sendo atendidas	50% das famílias cadastradas e elegíveis ao PAA sendo atendidas	Percentual de famílias nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca recebendo alimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	
3	Promover a inserção progressiva de produtos da sociobiodiversidade e da agroecologia na alimentação escolar, com a criação de mecanismos de monitoramento, apoio à produção local, assistência técnica e articulação intersetorial no âmbito da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).	MEC	MMA, MPI, FUNAI	No mínimo, 20% dos itens inseridos na merenda escolar oriundos da sociobiodiversidade e da agroecologia	No mínimo, 35% dos itens inseridos na merenda escolar oriundos da sociobiodiversidade e da agroecologia	No mínimo, 50% dos itens inseridos na merenda escolar oriundos da sociobiodiversidade e da agroecologia	Percentual de produtos da sociobiodiversidade e da agroecologia inseridos na merenda escolar	
4	Pautar e acompanhar projetos elaborados pelas escolas durante a VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, com os eixos temáticos "territórios saudáveis" e "territórios que protegem", realizando Oficina pautando sobre o fenômeno da desertificação, da relação das zonas secas com as injustiças climáticas e emergências climáticas, bem como do conceito da convivência com a semi-aridez durante o Encontro Nacional da Conferência, em Brasília.	MEC	MMA	1.200 projetos escolares e 1.100 pessoas na Oficina	-	-	Número de Projetos envolvendo o tema e Número de pessoas participantes das oficinas	
5	Ofertar assistência técnica e gerencial para que cooperativas, associações e estabelecimentos da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais PCTs, forneçam alimentos para os mercados institucionais, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	MDA	CONAB, ANATER, MPI, MIR, FUNAI	No mínimo, 30% desses estabelecimentos participando dos mercados institucionais	No mínimo, 40% desses estabelecimentos participando dos mercados institucionais	No mínimo, 50% desses estabelecimentos participando dos mercados institucionais	Percentual de cooperativas, associações e estabelecimentos da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais PCTs aptas, comercializando e fornecendo alimentos para os mercados institucionais, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	
6	Implementar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no âmbito dos estabelecimentos da agricultura familiar localizados em territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca, para que implantem práticas agroecológicas.	MDA, MMA	MPI, FUNAI	No mínimo, 20% dos estabelecimentos da agricultura familiar utilizando práticas de base agroecológicas nesses territórios	No mínimo, 30% dos estabelecimentos da agricultura familiar utilizando práticas de base agroecológicas nesses territórios	No mínimo, 50% dos estabelecimentos da agricultura familiar utilizando práticas de base agroecológicas nesses territórios	Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar com práticas agroecológicas implantadas nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca	
7	Fomentar a comercialização de produtos agroecológicos e da sociobiodiversidade, em feiras, nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca	MDA	MAPA, MMA, MPI, FUNAI	Ampliação de 10% do número de feiras comercializando produtos agroecológicos e da sociobiodiversidade	Ampliação de 20% do número de feiras comercializando produtos agroecológicos e da sociobiodiversidade	Ampliação de 20% do número de feiras comercializando produtos agroecológicos e da sociobiodiversidade	Número de feiras criadas para comercialização de produtos agroecológicos e da sociobiodiversidade nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca	
8	Aumentar as compras públicas de alimentos produzidos por Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs), nos estados e municípios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.	MDA	CONAB, MS, MEC, MPI, FUNAI	Aumento de, no mínimo, 20% das compras públicas de alimentos produzidos por PIPCTAFs nesses territórios	Aumento de, no mínimo, 30% das compras públicas de alimentos produzidos por PIPCTAFs nesses territórios	Aumento de, no mínimo, 50% das compras públicas de alimentos produzidos por PIPCTAFs nesses territórios	Quantidade de instituições públicas comprando os alimentos produzidos por Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares (PIPCTAFs) nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca	
9	Fomentar o estabelecimento de casas e bancos comunitários de sementes crioulas e variedades tradicionais, nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.	MDA	MMA, MAPA, MPI, FUNAI	Ampliação de, no mínimo, 50% do número de casas e bancos comunitários de sementes nesses territórios	Duplicar o número de casas e bancos comunitários de sementes nesses territórios, tendo como base o ano de 2024	Triplidar o número de casas e bancos comunitários de sementes nesses territórios, tendo como base o ano de 2024	Número de casas e bancos comunitários de sementes crioulas e variedades tradicionais criadas nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca	

10	Produção e distribuição de alevinos, para povoamento dos reservatórios, para fomento à piscicultura, geração de emprego e renda, conservação das espécies nativas, promovendo o equilíbrio ecológico dos corpos d'água.	DNOCS	Municípios	10 milhões de alevinos/ano	15 milhões de alevinos/ano	15 milhões de alevinos/ano	Somatório de alevinos produzidos e distribuídos por ano.	
11	Execução do Programa de Formação em Sociobioeconomia e Agroecologia para Agentes de Crédito Rural (PFSA), com vistas a aprimorar as intervenções junto aos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, comunidades quilombolas e agricultores familiares, qualificando processos de planejamento e gestão de suas atividades e organizações produtivas, com ênfase na estruturação de projetos de crédito rural para a sociobioeconomia e a agroecologia.	MMA	MDA, BASA	250 agentes de crédito da Sociobioeconomia e Agroecologia formados	1.000 agentes de crédito da Sociobioeconomia e Agroecologia formados	1.500 agentes de crédito da Sociobioeconomia e Agroecologia formados	Número de agentes de crédito formados	
Objetivo 4.5 - Fortalecer os programas de educação voltados a públicos específicos, como Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Educação de Jovens e Adultos (EJA), EJA Campo, Educação Quilombola e de Povos Indígenas, nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Ampliar o número de vagas ofertadas pelo PRONERA nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.	MDA, INCRA	MEC	Ampliação de 20% do total de vagas ofertadas em cursos superiores e de pós-graduação para os assentados da reforma agrária nesses territórios	Ampliação de 50% do total de vagas ofertadas em cursos superiores e de pós-graduação até 2027, para os assentados da reforma agrária nesses territórios	Ampliação 50% do total de vagas ofertadas em cursos superiores e de pós-graduação até 2036, para os assentados da reforma agrária nesses territórios	Quantidade de alunos em cursos financiados pelo PRONERA	No ano de 2026 está previsto o ingresso de 510 estudantes em cursos de nível superior nas regiões que possuem Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD) e entorno.
2	Ampliar o número de vagas ofertadas pelo EJA nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.	MEC	-	50% dos jovens e adultos em atraso escolar atendidos pelo EJA nos municípios desses territórios	100% dos jovens e adultos em atraso escolar atendidos pelo EJA nos municípios desses territórios	100% dos jovens e adultos em atraso escolar atendidos pelo EJA nos municípios desses territórios	Quantidade de alunos formados pelo EJA	
3	Ampliar o número de escolas com educação contextualizada para as comunidades de PIPCTAFs.	MEC	MMA, FUNAI, MDA	30% desses territórios atendidos por escolas com educação contextualizada aos PIPCTAFs	60% desses territórios atendidos por escolas com educação contextualizada aos PIPCTAFs	100% desses territórios afetados atendidos por escolas com educação contextualizada aos PIPCTAFs	Quantidade de escolas com educação contextualizada para as comunidades de PIPCTAFs	
Objetivo 4.6 - Ampliar o acesso à Educação Infantil (creches e pré-escolas) para atender as comunidades rurais nos territórios.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Ampliar o acesso à Educação Infantil (creches e pré-escolas) para atender as comunidades rurais nos territórios.	MEC	-	Ampliação de, no mínimo, 30% do número de creches e pré-escolas referente ao quantitativo de 2024	Ampliação de, no mínimo, 60% do número de creches e pré-escolas referente ao quantitativo de 2024	Ampliação de 100% do número de creches e pré-escolas referente ao quantitativo de 2024	Quantidade de creches e pré-escolas construídas em comunidades rurais	
2		MEC	-	No mínimo, 50% das crianças, dessa faixa etária, com acesso a creche ou pré-escola	No mínimo, 80% das crianças, dessa faixa etária, com acesso a creche ou pré-escola	100% das crianças, dessa faixa etária, com acesso a creche ou pré-escola	Percentual da população rural, de 0 a 3 anos, com acesso a creche ou pré-escola	

Objetivo 4.7 - Ampliar o número das Escolas Família Agrícola (EFAs) e Escolas Técnico Agrícola (ETAs) nos territórios afetados pela desertificação, degradação e impactadas pelos efeitos da seca para fortalecimento da identidade, pertencimento do sujeito e atendimento as populações vulnerabilizadas.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Ampliar o número das Escolas Família Agrícola (EFAs) e Escolas Técnico Agrícola (ETAs) nos territórios afetados pela desertificação, degradação e impactadas pelos efeitos da seca.	MEC	MDA	Ampliação de 30% do número de Escolas Família Agrícola (EFAs) e Escolas Técnico Agrícola (ETAs) disponíveis nesses territórios, tendo como base o quantitativo de 2024	Ampliação de 60% do número de EFAs e ETAs disponíveis nesses territórios, tendo como base o quantitativo de 2024	Ampliação de 100% do número de EFAs e ETAs disponíveis nesses territórios, tendo como base o quantitativo de 2024	Número de escolas construídas ou reformadas	
2	Ampliar o número de profissionais da educação nos territórios afetados pela desertificação, degradação e impactadas pelos efeitos da seca.	MEC	-	Acréscimo de 30% do quadro de profissionais da educação nesses territórios, tendo como base o quantitativo de 2024	Acréscimo de 60% do quadro de profissionais da educação nesses territórios, tendo como base o quantitativo de 2024	Acréscimo de 100% do quadro de profissionais da educação nesses territórios, tendo como base o quantitativo de 2024	Quantidade de profissionais da educação	
Objetivo 4.8 - Garantir o direito à moradia digna urbana e rural às pessoas vulnerabilizadas aos processos de desertificação e degradação da terra e aos efeitos da seca.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Ampliar o valor destinado à construção de residências pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), incluindo conceitos e metas de sustentabilidade como conforto ambiental	MCID	MDA, MDS, CAIXA, INCRA	Aumento em, no mínimo, 15% do valor dos recursos investidos pelo PMCMV (rural e urbano)	Aumento em, no mínimo, 30% do valor dos recursos investidos pelo PMCMV (rural e urbano)	Aumento em, no mínimo, 40% do valor dos recursos investidos pelo PMCMV (rural e urbano)	Valor destinado à construção de residências pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), incluindo conceitos e metas de sustentabilidade como conforto ambiental	
2	Ampliar os recursos investidos pelo PMCMV para a reforma de residências para serem adaptadas ao conforto ambiental	MCID	MDA, MDS, CAIXA, INCRA	Aumento em, no mínimo, 15% do valor dos recursos investidos pelo PMCMV (rural e urbano)	Aumento em, no mínimo, 30% do valor dos recursos investidos pelo PMCMV (rural e urbano)	Aumento em, no mínimo, 40% do valor dos recursos investidos pelo PMCMV (rural e urbano)	Percentual de aumento nos recursos investidos pelo MCMV para a reforma de residências para serem adaptadas ao conforto ambiental	
Objetivo 4.9 - Ampliar o acesso à saúde pública, especialmente da população rural, em diferentes especialidades médicas, incluindo práticas integrativas e complementares, respeitando gênero, raça e etnia, e valorizando os saberes populares.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Ampliar a cobertura da população em serviços de saúde pública nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.	MS	-	No mínimo, 91% da população coberta por serviços de saúde pública, em consonância com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	100% da população coberta por serviços de saúde pública	100% da população coberta por serviços de saúde pública	Percentual da população coberta por serviços de saúde pública nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.	
2	Ampliar o percentual de profissionais de diferentes especialidades da saúde física e mental para atendimento da população em situação de vulnerabilidade aos processos de desertificação e degradação da terra e aos efeitos da seca.	MS	-	Ampliação de, no mínimo, 20% do quadro de profissionais com base no quantitativo de 2024	Ampliação de, no mínimo, 30% do quadro de profissionais com base no quantitativo de 2027	Ampliação de, no mínimo, 40% do quadro de profissionais com base no quantitativo de 2036	Percentual de profissionais de diferentes especialidades da saúde física e mental para atendimento da população em situação de vulnerabilidade aos processos de desertificação e degradação da terra e aos efeitos da seca	
3	Ampliar o recurso destinado para implementação e recuperação de unidades de saúde pública, visando o atendimento com abordagem integrativa e complementar.	MS	-	Ampliação de, no mínimo, 20% dos recursos destinados para implementação e recuperação das unidades de saúde, com base no quantitativo de 2024	Ampliação de, no mínimo, 30% dos recursos destinados para implementação e recuperação das unidades de saúde, com base no quantitativo de 2027	Ampliação de, no mínimo, 40% dos recursos destinados para implementação e recuperação das unidades de saúde, com base no quantitativo de 2036	Recursos destinados para implementação e recuperação de unidades de saúde pública, visando o atendimento com abordagem integrativa e complementar	

4	Ampliar o número de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) para a vigilância em saúde do trabalhador, com foco na antecipação aos riscos de doenças e agravos relacionados às ocupações e atividades econômicas afetadas pela desertificação e seca.	MS	-	01 Cerest regional habilitado por estado da região do semiárido	01 Cerest regional habilitado por ano em municípios da região do semiárido (por estado)	100% de cobertura dos municípios da região do agreste por Cerest regionais	100% de cobertura de Cerest na região do semiárido	
Objetivo 4.10 - Criar protocolos para diagnosticar doenças decorrentes do funcionamento de parques de energias renováveis.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Estabelecer e implementar protocolo para identificação de doenças, agravos e efeitos na saúde, decorrentes do funcionamento de parques de energias renováveis.	MS	-	Apresentação do modelo de protocolo a ser utilizado	Implementação do protocolo	Implementação do protocolo	Protocolo para identificação de doenças, agravos e efeitos na saúde, decorrentes do funcionamento de parques de energias renováveis	
2	Desenvolver protocolo de vigilância em saúde do trabalhadores e das trabalhadoras, afetados pelo calor extremo, seca e desertificação.	MS	-	Implementação do protocolo, com capacitação às equipes dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) estaduais, da área do semiárido	Implementação do protocolo com capacitação de 50% dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) estaduais, da área do semiárido	Implementação do protocolo com capacitação de 100% dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) estaduais, da área do semiárido	Todos os Cerest da região do semiárido capazes de realizar vigilância em saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras afetados(as) pelo calor extremo, seca e desertificação	
Objetivo 4.11 - Garantir a autonomia energética para a população brasileira, sobretudo para os segmentos mais vulnerabilizados.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Ampliar o valor dos recursos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfra) investidos em energias renováveis comunitárias e familiares.	ENBPar	ELETROBRÁS	Aumento em 10% do valor dos recursos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfra), tendo como base o orçamento de 2024	Aumento em 20% do valor dos recursos do Proinfra, tendo como base o orçamento de 2027	Aumento em 30% do valor dos recursos do Proinfra, tendo como base o orçamento de 2036	Percentual dos recursos investidos em energias renováveis comunitárias e familiares	
2	Ampliar o percentual de famílias rurais elegíveis no Programa Bolsa Família com equipamentos de energias renováveis em funcionamento.		MMA, MDS, ICMBIO, MDA	No mínimo, 10% do público-alvo sendo atendido	No mínimo, 20% do público-alvo sendo atendido	No mínimo, 30% do público-alvo sendo atendido	Percentual de famílias rurais elegíveis no Programa Bolsa Família com equipamentos de energias renováveis em funcionamento	
3	Ampliar o número de famílias rurais e capacitadas na operação de equipamentos de tecnologias sociais produtoras de energia e equipamentos de energias renováveis.		MDA	100% do público-alvo, beneficiado pelas tecnologias sociais e equipamentos de energias renováveis, capacitado	100% do público-alvo, beneficiado pelas tecnologias sociais e equipamentos de energias renováveis, capacitado	100% do público-alvo, beneficiado pelas tecnologias sociais e equipamentos de energias renováveis, capacitado	Número de famílias rurais capacitadas na operação de equipamentos de tecnologias sociais produtoras de energia e equipamentos de energias renováveis	
Objetivo 4.12 - Incentivar o turismo ecológico e cultural de forma sustentável.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Ampliar o percentual de municípios com festivais e/ou feiras de cultura e patrimônio artístico, incluindo o Circuito Tela Verde - CTV, no rol de festivais e feiras culturais.	MINC	IPHAN, MCID, MMA, MDA	No mínimo, 20% dos municípios com festivais e/ou feiras de cultura e patrimônio artístico	No mínimo, 20% dos municípios com festivais e/ou feiras de cultura e patrimônio artístico	No mínimo, 20% dos municípios com festivais e/ou feiras de cultura e patrimônio artístico	Percentual de municípios com festivais e/ou feiras de cultura e patrimônio artístico	

2	Ampliar o número de municípios das Áreas Suscetíveis à Desertificação integrantes do Mapa do Turismo Brasileiro, especialmente com rotas ecológicas, de geodiversidade e arqueológicas.	MTUR	MINC, IPHAN, MCID	Mapeamento de áreas com potencialidade para rotas turísticas	Pelos menos, 30% das novas rotas mapeadas, com maior potencialidade, recebendo recursos	Pelos menos, 50% das novas rotas mapeadas, com maior potencialidade, recebendo recursos	Número de municípios das ASDs integrantes do Mapa do Turismo Brasileiro	
3	Ofertar cursos de capacitação para os artesãos para agregar valor aos produtos	MEMP	MINC, IPHAN, MCID, MTUR	No mínimo, 1 curso anual de capacitação nos municípios	No mínimo, 1 curso anual de capacitação nos municípios	No mínimo, 1 curso anual de capacitação nos municípios	Número de cursos de capacitação para os artesãos, com o objetivo de agregar valor aos seus produtos	
4	Ampliar o número de pessoas físicas e jurídicas das Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD) que atuam no setor de turismo, cadastradas no Cadastur	MTUR	CAIXA, BB, BNDES, MCID	Montar estratégia para divulgação do Cadastur e estimular o cadastro	25% de novos cadastros nas ASD	50% de novos cadastros nas ASD	Número de cadastros no Cadastur	
5	Estruturar ações de fortalecimento de Turismo de Base Comunitária em territórios coletivos de povos e comunidades tradicionais das Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD)	MIR	MMA, UFRB	04 Ações Estruturadas	-	-	Número de ações executadas de fortalecimento do Turismo de Base Comunitária	
Objetivo 4.13 - Ampliar agroindústrias comunitárias na perspectiva de Economia Popular e Solidária Sustentável.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Ampliar o número de projetos de agroindústrias familiares e comunitários destinados a mulheres e jovens.	MDIC, MDA	MAPA, DNOCS, BNB, SUDENE, CODEVASF, IFs, Escolas Agrícolas, SUDAM, MPI, FUNAI	Aumento do número de empreendimentos de mulheres e jovens em no mínimo 5%.	Aumento do número de empreendimentos de mulheres e jovens em no mínimo 10%.	Aumento do número de empreendimentos de mulheres e jovens em no mínimo 15%.	Percentual de projetos de agroindústrias familiares e comunitários destinados a mulheres e jovens	Concessão do crédito nas linhas do Pronaf, para empreendimentos com esse perfil (projetos de agroindústrias familiares e comunitários destinados a mulheres e jovens).
2	Ofertar formação de técnicos para atuarem no assessoramento das agroindústrias comunitárias.	MDIC, MDA	MAPA, DNOCS, BNB, SUDENE, CODEVASF, IFs, Escolas Agrícolas, SUDAM, MPI, FUNAI	No mínimo, 10% dos técnicos de ATER capacitados em assessoria administrativa e certificação	No mínimo, 20% dos técnicos de ATER capacitados em assessoria administrativa e certificação	No mínimo, 20% dos técnicos de ATER capacitados em assessoria administrativa e certificação	Percentual de técnicos capacitados para assessorar as agroindústrias comunitárias	
3	Ampliar a certificação de agroindústrias para que acessem diferentes mercados.	MDIC	MAPA, DNOCS, BNB, SUDENE, CODEVASF, IFs, Escolas Agrícolas, SUDAM, MPI, FUNAI	No mínimo, 20% das agroindústrias certificadas para comercialização	No mínimo, 50% das agroindústrias certificadas para comercialização	No mínimo, 100% das agroindústrias certificadas para comercialização	Percentual de agroindústrias certificadas para comercializarem em diferentes mercados	
Objetivo 4.14 - Incentivar a criação de hortas comunitárias em ambiente urbano e periurbano das cidades nas ASD.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Ampliar os recursos destinados para implementação de hortas comunitárias, com plantas medicinais e fitoterápicas, nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca com abordagem agroecológica.	MCID	MMA, MDA, INCRA, MAPA, MDS, MS, MPI, FUNAI	No mínimo, 20% do recurso do programa nacional de agricultura urbana e periurbana destinado aos municípios inseridos nesses territórios	No mínimo, 20% do recurso do programa nacional de agricultura urbana e periurbana destinado aos municípios inseridos nesses territórios	No mínimo, 20% do recurso do programa nacional de agricultura urbana e periurbana destinado aos municípios inseridos nesses territórios	Recursos destinados para implementação de hortas comunitárias nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca	

2	Ofertar ATER de qualidade para assessoria e certificação em hortas comunitárias.	MCID	MMA, MDA, INCRA, MAPA, MDS, MS, MPI, FUNAI	No máximo, 100 famílias atendidas por cada técnico de ATER	No máximo, 70 famílias atendidas por cada técnico de ATER	No máximo, 50 famílias atendidas por cada técnico de ATER	Número de famílias atendidas por cada técnico contratado de ATER para assessoria e certificação em hortas comunitárias	
Objetivo 4.15 - Fomentar o acesso dos agricultores familiares ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para investimentos e custeios das suas atividades produtivas, promovendo o desenvolvimento sustentável do meio rural.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Realizar reuniões com agências de crédito para melhorar o acesso ao Pronaf nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.	MDA	MMA, BNB, INCRA, MAPA, MF, MPI, FUNAI	01 reunião realizada por ano, nos municípios inseridos nesses territórios	02 reuniões realizadas por ano, nos municípios inseridos nesses territórios	02 reuniões realizadas por ano, nos municípios inseridos nesses territórios	Quantidade de reuniões com agências de crédito para melhorar o acesso ao Pronaf nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca	
3	Ampliar o percentual de famílias agricultoras capacitadas para uso e manutenção de maquinários agrícolas adotando práticas conservacionistas.	MDA	MPI, FUNAI	100% das famílias que receberam recurso sendo capacitadas	100% das famílias que receberam recurso sendo capacitadas	100% das famílias que receberam recurso sendo capacitadas	Percentual de famílias agricultoras capacitadas para uso e manutenção de maquinários agrícolas adotando práticas conservacionistas	
4	Ampliar o percentual de agricultores familiares em territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e aos efeitos da seca com acesso às linhas de crédito do Pronaf.	MDA	MMA, BNB, INCRA, MAPA, MF, MPI, FUNAI	No mínimo, 20% do público-alvo com acesso facilitado	No mínimo, 60% do público-alvo com acesso facilitado	100% do público-alvo com acesso facilitado	Percentual de famílias de agricultores familiares em territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e aos efeitos da seca com acesso facilitado às linhas de crédito do Pronaf	
5	Ampliar o número de projetos Pronaf para os públicos específicos (mulheres, jovens, idosos, povos indígenas, quilombolas e demais PCT), nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.	MDA	MMA, BNB, INCRA, MAPA, MF, MPI, FUNAI	Aumento do número de empreendimentos apoiados com recursos do Pronaf para os públicos específicos (mulheres, jovens, idosos, povos indígenas, quilombolas e demais PCT) nos territórios afetados pela desertificação em no mínimo 5%	Aumento do número de empreendimentos apoiados com recursos do Pronaf para os públicos específicos (mulheres, jovens, idosos, povos indígenas, quilombolas e demais PCT) nos territórios afetados pela desertificação em no mínimo 15%	Aumento do número de empreendimentos apoiados com recursos do Pronaf para os públicos específicos (mulheres, jovens, idosos, povos indígenas, quilombolas e demais PCT) nos territórios afetados pela desertificação em no mínimo 20%	Quantidade de projetos Pronaf para os públicos específicos (mulheres, jovens, idosos, povos indígenas, quilombolas e demais PCT) nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca	Concessão do crédito nas linhas do Pronaf e microcrédito rural, para empreendimentos com esse perfil (mulheres, jovens, idosos, povos indígenas, quilombolas e demais PCT)
Objetivo 4.16 - Fomentar infraestrutura de beneficiamento e estocagem da produção.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Ampliar o percentual de serviços de armazenagem (públicos e privados) ofertados pela Conab, em territórios afetados pela desertificação e efeitos da seca.	CONAB	MDA, MPI, FUNAI	No mínimo 20% de produtores agropecuários de pequeno porte, alvos das políticas de abastecimento	No mínimo 50% de produtores agropecuários de pequeno porte, alvos das políticas de abastecimento	No mínimo 50% de produtores agropecuários de pequeno porte, alvos das políticas de abastecimento	Percentual de aumento dos serviços públicos e privados, em relação a 2024.	Quantidade de produtos entregues e recebidos nos armazéns da Conab em territórios afetados pela desertificação e efeitos da seca em 2024.
2	Ofertar cursos de formação para agricultores em beneficiamento e estocagem de produção agrícola.	CONAB	IFs, Escolas Agrícolas, BNB, SUDENE, SUDAM	100% das famílias que receberam infraestruturas de beneficiamento e estocagem sendo capacitadas	100% das famílias que receberam infraestruturas de beneficiamento e estocagem sendo capacitadas	100% das famílias que receberam infraestruturas de beneficiamento e estocagem sendo capacitadas	Percentual de agricultores capacitados para beneficiamento e estocagem de produção agrícola	
3	Ampliar os recursos orçamentário para a reforma, modernização e construção de armazéns da Conab.	CONAB	MDA	Aumento em 50% do orçamento com referência ao orçamento 2024.	Aumento em 50% do orçamento com referência ao orçamento 2024.	Aumento em 50% do orçamento com referência ao orçamento 2024.	Percentual de aumento de orçamento disponibilizado para as UAs da Conab, em relação a 2024.	Valor orçamentário disponível para reforma, modernização e construção de armazéns da Conab em 2024.

Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAB Brasil

EIXO 5 Governança e Fortalecimento Institucional

Objetivo 5.1 - Fortalecer a governança da Política Nacional de Combate à Desertificação (PNCD).								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Assegurar pleno funcionamento da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD).	MMA	MPI	6 reuniões ordinárias (2 por ano)	16 reuniões ordinárias (2 por ano)	20 reuniões ordinárias (2 por ano)	Número de reuniões Ordinárias da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD)	
2				No mínimo, 6 deliberações no período, quando couber ; Aprovação do PAB-Brasil	No mínimo, 16 deliberações no período, quando couber	No mínimo, 16 deliberações no período, quando couber	Número de aprovações e deliberações da CNCD	
3				Criar, no mínimo, 2 Câmaras Técnicas e 3 GTs	Funcionamento de, no mínimo, 2 Câmaras Técnicas e 1 GT	Funcionamento de, no mínimo, 2 Câmaras Técnicas e 1 GT	Número de Câmaras Técnicas e Grupos Técnicos (GTs) criados	
4	Apoiar técnica e financeiramente os estados do Semiárido para elaboração dos seus Planos Estaduais de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca em sinergia com o PAB Brasil	MMA	SUDENE, UNIVASF	Projeto de apoio técnico e financeiro para a atualização dos PAEs executado, com os 11 PAEs atualizados (nove estados do Nordeste, mais Minas Gerais e Espírito Santo).	Apoio, acompanhamento e avaliação da implementação dos 11 PAEs, com o fortalecimento da capacidade de captação de recursos para implantação dos PAEs pelos estados realizados.	Apoio, acompanhamento e avaliação da implementação dos 11 PAEs realizados.	Número de Planos de Ação Estadual (PAEs) atualizados de maneira participativa nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais e Espírito Santo	
5	Apoiar os estados das demais regiões (Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) na elaboração de Planos Regionais de Combate à Degradação da Terra e Mitigação dos Efeitos da Seca, fortalecendo a governança da Política Nacional de Combate à Desertificação (PNCD).	MMA	MAPA, EMBRAPA, SUDAM, SUDECO, BNDES, IES	No mínimo, 1 Plano Regional criado	Elaboração dos 3 Planos Regionais restantes	Acompanhamento da implementação dos Planos	Número de Planos de Ação Regional de Combate à Degradação da Terra e Mitigação dos Efeitos da Seca (Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul)	
6	Promover processo de articulação e diálogo no âmbito do governo federal, envolvendo governos subnacionais, comunidades científica, sociedade civil e setor produtivo para participação qualificada de delegação do Brasil nas COPs da UNCCD	MRE	MMA, CNCD, MS	Participação do ponto focal nacional (político e técnico), do correspondente científico e de um representante da sociedade civil em todas as COPs	Participação do ponto focal nacional (político e técnico), do correspondente científico e de um representante da sociedade civil em todas as COPs	Participação do ponto focal nacional (político e técnico), do correspondente científico e de um representante da sociedade civil em todas as COPs	Representação nacional nas Conferências das Partes (COPs)	
7	Elaborar relatórios periódicos que apresentem as ações na implementação da PNCD e dos compromissos do Brasil com a UNCCD.	MMA, MRE	CNCD, SGB, ANM	01 documento contendo as ações implementadas e as perspectivas futuras para cada COP; Reportar ODS 15.3.1 - Degradação da Terra conforme cronograma da UNCCD (a cada 4 anos)	01 documento contendo as ações implementadas e as perspectivas futuras para cada COP; Reportar ODS 15.3.1 - Degradação da Terra conforme cronograma da UNCCD (a cada 4 anos)	01 documento contendo as ações implementadas e as perspectivas futuras para cada COP; Reportar ODS 15.3.1 - Degradação da Terra conforme cronograma da UNCCD (a cada 4 anos)	Quantidade de informes do Brasil para subsidiar a participação nas COPs e outros fóruns internacionais	

8	Implementação do Programa de Educação Ambiental Escolar e Justiça Climática fomentando projetos escolares desenvolvidos por estudantes, contribuindo para o levantamento e mapeamento de práticas educativas e socioambientais nos territórios mais vulneráveis à desertificação e seca.	MEC	MMA, CEMADEN	Estruturar pactuação com governos subnacionais para implementação do Programa	15% das escolas nas ASD com o Programa Implementado	30% das escolas nas ASD com o Programa Implementado	Número de escolas com Programa Implementado	
Objetivo 5.2 - Regularizar leis e políticas voltadas para o combate à desertificação, degradação da terra e mitigação dos efeitos								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Atuar para a aprovação da proposta de Emenda à Constituição (PEC) N° 504/2010, que discorre sobre o reconhecimento dos biomas Caatinga e Cerrado como patrimônio nacional.	SRI	Congresso Nacional, MMA	Aprovação da emenda	-	-	Proposta de Emenda à Constituição (PEC) N° 504/2010, que discorre sobre o reconhecimento dos biomas Caatinga e Cerrado como patrimônio nacional	
2	Elaborar subsídios técnicos para a revisão e regulamentação da Lei n° 13.153/2015, que discorre sobre a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PNCD).	MMA	CNCD, MPI	Elaboração de subsídios	Atuação junto a legislativo para a revisão e regulamentação da lei	Acompanhamento da regulamentação da PNCD	Revisão e regulamentação da Lei n° 13.153/2015, que discorre sobre a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PNCD)	
3	Promover processo de articulação e diálogo no âmbito do governo federal e governos subnacionais para a elaboração, revisão e regulamentação das Políticas Estaduais de Combate à Desertificação e/ou Degradação da Terra e Mitigação dos Efeitos da Seca.	MMA	-	Alinhar e pactuar com os governos estaduais a necessidade e viabilidade de revisão e regulamentação de suas políticas	No mínimo, 11 políticas regulamentadas	Acompanhamento das 11 políticas regulamentadas	Número de Políticas Estaduais de Combate à Desertificação e/ou Degradação da Terra e Mitigação dos Efeitos da Seca elaboradas, revisadas e regulamentadas	
4	Instituição do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais-PDPCT.	MMA	Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais-CNPCT	Publicação do Decreto criando PDPCT	Execução e monitoramento do PDPCT	-		
Objetivo 5.3 - Implantar o Sistema Nacional de Combate à Desertificação, Degradação da Terra e Mitigação dos Efeitos da Seca.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Elaborar subsídios técnicos e atuar junto ao legislativo para a institucionalização do Sistema Nacional de Combate à Desertificação, degradação da terra e mitigação dos efeitos da seca.	MMA	CNCD, MPI	Elaboração de subsídios e atuação junto ao legislativo para aprovação do projeto de lei	Instalar o Sistema	Acompanhar o desenvolvimento do Sistema	Sistema nacional de combate à desertificação, degradação da terra e mitigação dos efeitos da seca criado	
2	Elaborar subsídios técnicos e atuar junto ao legislativo para a institucionalização do Conselho Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.	MMA	CNCD, MPI	Elaboração de subsídios e atuação junto ao legislativo para aprovação do projeto de lei	Instalar o Conselho	Acompanhar a implementação do Conselho	Conselho Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca criado	

Objetivo 5.4 - Garantir orçamento para consolidação da PNCD e de seus instrumentos com gestão participativa e paritária.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Elaborar subsídios técnico criação e a institucionalização de um Fundo Nacional de Combate à Desertificação, Degradação da Terra e Mitigação dos Efeitos da Seca (FNCD) e instituição do seu conselho gestor de forma equitativa e paritária.	MMA	MF, MPO, BNDES, BNB, TCU	Analisar no âmbito do governo a viabilidade de criação do Fundo e suas possíveis fontes de recursos.	-	-	Instrumento jurídico de criação do Fundo Nacional de Combate à Desertificação, Degradação da Terra e Mitigação dos Efeitos da Seca (FNCD) e instituição do seu conselho gestor de forma equitativa e paritária	
2	Promover processo de articulação e diálogo no âmbito do governo federal e governos subnacionais para que destinem fundos específicos já existentes para o Combate à Desertificação, Degradação da Terra e Mitigação dos Efeitos da Seca	MMA	CNCD	Mapeamento de Fundos de Combate à Desertificação já existente nos estados. Identificação de Fundos existentes com potencial destinação de recursos para o Combate à Desertificação	-	-	Recursos destinados ao Combate à Desertificação, Degradação da Terra e Mitigação dos Efeitos da Seca, por órgãos do governo federal e estados das ASD	
Objetivo 5.5 - Cariar processo de diálogos internos no MMA com vistas à sinergia entre as três convenções do Rio: combate à desertificação, mudanças climáticas e diversidade biológica.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Promover processo de articulação e diálogo no âmbito do governo federal para a efetivação da sinergia às três convenções quadro da ONU: Combate à Desertificação, Mudanças Climáticas e Diversidade Biológica.	MMA	MRE, MPI	Analisar a e aprofundar processos já em curso no MMA para avançar na sinergia a partir da implementação dos compromissos. Analisar a viabilidade de um espaço de consertação entre representantes das três Convenções	-	-	Ações em curso para implementação das Convenções de forma sinérgica.	
2	Elaborar Relatório PRAIS Nacional para envio à UNCCD	MMA	CNCD	Elaboração dos Relatórios 2022 e 2026	Elaboração de 2 relatórios	Elaboração de 3 relatórios	Número de Relatórios do Brasil reportados à UNCCD	
Objetivo 5.6 - Fortalecimento de leis e políticas que indiretamente impactam no combate à desertificação e degradação da terra e mitigação dos efeitos da seca.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Elaborar subsídios e implementar o fortalecimento dos instrumentos normativos vigentes para que a análise de risco e a prevenção à desertificação sejam consideradas no processo de licenciamento ambiental e de outorgas dos empreendimentos passíveis de gerarem desertificação.	MMA	CNCD, CONAMA	Definição de requisitos mínimos e condicionantes pelo órgão ambiental competente, considerando o porte do empreendimento, sua localização e os impactos ambientais associados, incluindo riscos potenciais aos processos de desertificação	Implementação efetiva dessas medidas dentro dos processos de licenciamento e outorga	Implementação efetiva dessas medidas dentro dos processos de licenciamento e outorga	Fortalecimento dos instrumentos jurídicos vigentes para que a análise de risco e a prevenção à desertificação sejam consideradas no processo de licenciamento ambiental e de outorgas dos empreendimentos passíveis de gerarem desertificação	
2	Elaborar subsídios para que a regulamentação da Lei nº 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, priorize o pagamento para Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares (PIPCTAFs).	MMA	CNCD, MPI	Instrumento jurídico publicado e implementado	Acompanhamento do instrumento jurídico implementado	Acompanhamento do instrumento jurídico implementado	Instrumento jurídico para regulamentar a Lei nº 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, priorizando o pagamento para Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares (PIPCTAFs)	

3	Implementar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), instituído pelo Decreto Federal nº 12.538/2025.	Secretaria Geral da Presidência da República	MAPA, MMA, MS, MDA, IBAMA, ANVISA	Elaboração do plano de ações do PRONARA	Implementação efetiva das ações do PRONARA	Acompanhamento da efetividade das ações do PRONARA	Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) implementado	
Objetivo 5.7 - Fortalecer o monitoramento e o controle social sobre as ações do PAB-Brasil.								
	Ação	Responsável	Potenciais Parceiros	Meta CP (2027)	Meta MP (2028-2035)	Meta LP (2036-2045)	Indicador	Linha Base de Dados para Monitoramento
1	Monitorar e produzir relatórios anuais de acompanhamento das ações implementadas que foram indicadas no PAB-Brasil.	MMA	CNCD	03 relatórios em nível nacional (1 por ano)	08 relatórios em nível nacional (1 por ano)	10 relatórios em nível nacional (1 por ano)	Número de relatórios de acompanhamento das ações implementadas que foram indicadas no PAB-Brasil	
2	Divulgar, de forma ampla, ações de comunicação social do PAB-Brasil orientadas para a democratização do conhecimento.	MMA	CNCD	Elaboração das estratégias de comunicação social do PAB-Brasil	No mínimo, 50% das ações previstas executadas	100% das ações previstas executadas	Número de ações de comunicação social do PAB-Brasil. No mínimo, 30% das ações	